

MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA INTERGERACIONAL EM UM SERVIÇO REFLEXIVO PARA HOMENS EM RONDONÓPOLIS-MT: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Myllena Oliveira Portela ¹
George Moraes De Luiz ²

RESUMO

Este trabalho trata-se de um recorte de pesquisa de dissertação de Mestrado, em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O tema central são as vivências de homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em uma perspectiva intergeracional. Apresento aqui o relato de experiência enquanto psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER) para Homens tipificados na Lei nº 11.340, utilizando como aporte teórico-epistemológico as contribuições do construcionismo social e das práticas discursivas em interfaces com as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade. Práticas discursivas referem-se às formas como as pessoas usam a linguagem no dia a dia para construir e negociar significados e que são fundamentais para entender como os sujeitos e grupos sociais criam e mantêm suas realidades sociais. A experiência no SER nos conduz a pensar que os discursos dos homens são produtos de uma extensa linha histórico-social-cultural-temporal, que permitem a atribuição de significados referentes à gênero em uma perspectiva intergeracional. Nesse sentido, a violência contra a mulher pode ser explicada a partir de aspectos intergeracionais da história de vida do homem autor da violência ao analisar como padrões de comportamento são transmitidos dentro das famílias. Este enfoque considera como experiências familiares, práticas educativas e dinâmicas de poder moldam as experiências e comportamentos dos sujeitos. Transmissão de normas e valores, modelos de comportamento, reprodução de padrões de abuso e relações de poder e dinâmica familiar são alguns dos temas identificados durante os grupos de homens. Por fim, destaca-se a importância de abordar as raízes sociais e familiares da violência. Intervenções eficazes devem considerar a complexidade das influências intergeracionais e buscar promover mudanças tanto a nível individual quanto coletivo, desafiando normas e valores que perpetuam a violência e promovendo uma cultura de igualdade e respeito.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Masculinidades, Violências, Intergeracionalidade.

INTRODUÇÃO

¹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, myllena.portela@aluno.ufr.edu.br;

² Professor orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br;
Agradecimento ao apoio financeiro fornecido pela CAPES.

A violência de gênero, para além de um problema de saúde pública, corresponde a uma violação dos direitos humanos em múltiplos aspectos, possuindo caráter simbólico, físico, moral, sexual, psicológico e patrimonial como disposto na lei nº 11.340. Trata-se de um fenômeno proveniente de diversos processos sócio-histórico-culturais, sustentados e perpetuados através de uma ideologia de dominação masculina que estabelece as diferenças de gênero como desigualdades hierárquicas (Fernandes e Natividade, 2020), tornando-as características passíveis de utilização em negociações relacionais em disparidade. Dada a alta prevalência, exposta no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) que enfatiza o aumento e persistência da violência contra a mulher em todas as formas e contextos, a problemática constitui-se como uma questão social relevante e complexa.

De acordo com o documento citado, que reúne dados extraídos dos boletins de ocorrência, acionamentos da Polícia Militar e dados do Poder Judiciário pertinentes à efetivação de Medidas Protetivas de Urgência, as tentativas de feminicídio aumentaram em 7,1%. As agressões em contexto doméstico cresceram 9,8%, as denúncias sobre ameaças subiram 16,5% bem como os registros de violência psicológica, que aumentaram 33,8%. Por último, são apresentados os dados referentes ao crime de *stalking*, que teve um aumento de 34,5%. Todos os dados correspondem ao ano de 2023 e são comparativos em relação ao ano de 2022, e as mulheres vitimadas em todas as modalidades de violências apresentadas somam 1.238.208 casos.

Tendo em vista a magnitude do fenômeno, faz-se necessário compreender os fatores que contribuem para a manutenção e perpetração da violência de gênero. As dinâmicas de poder elaboradas em uma ótica patriarcal são estruturadas e asseguradas por meio de normas sociais que validam e naturalizam comportamentos de violência (Connell, 1987), aprendidos e reproduzidos em variadas instituições, inclusive, a familiar. Nesse sentido, introduz-se a perspectiva intergeracional, que trata da violência como fenômeno cíclico, parte de um complexo processo de ensino-aprendizagem e passível de transmissão intrafamiliar (Chapuis-Caillat, 2020).

O relato a ser apresentado se deu no Serviço Reflexivo (SER) para homens autores de violência contra a mulher, atuante na cidade de Rondonópolis - MT e resultado de uma parceria entre a Vara Especializada de Violência contra a Mulher e a Universidade Federal de Rondonópolis, responsável pela operação e manutenção do serviço.

Com isso posto, o estudo emerge da necessidade de pensar, através do relato de experiência, as vivências dos homens autores de violência a partir de uma perspectiva

intergeracional, considerando a significativa influência de experiências de violência na infância na vida adulta. Compreender as influências intergeracionais pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas mais eficazes que integrem reflexões acerca das raízes das violências e dos processos educacionais que reproduzem as noções de gênero vigentes, como apresentado por Widom e Wilson (2014) que apontam possibilidades de rompimento de padrões de repetição da violência.

Como salientado por Widom e Wilson (2014), ainda são escassas as pesquisas que considerem a pessoa e seus comportamentos dentro de seu ambiente social, que é determinante na absorção e aprendizagem de discursos e práticas pertinentes à violência e ideais de gênero. Enfatizam, complementarmente, a necessidade de um conhecimento empírico sólido sobre o impacto dessas experiências na infância. Chapuis-Caillat (2020) também expressa a ausência de estudos que investiguem características pessoais e/ou ambientais com potenciais efeitos de proteção ou risco na reprodução da violência. Acerca da efetivação dos grupos ou serviços reflexivos para homens, Beiras, Bronz e Schneider (2020) indicam a necessidade de mapear e conhecer as diferentes experiências em andamento a fim de possibilitar a troca de estratégias e potencialidades, intentando o aprimoramento das intervenções.

Ademais, rastrear a origem da violência permite criar estratégias terapêutico-interventivas que versem sobre as questões de poder e controle nas relações. Pertinente à educação, entender o impacto das noções de gênero e vivências de violência pode auxiliar na construção de programas de conscientização e reflexão acerca de estereótipos, resolução de conflitos, inibição da cultura de dominação e abuso e promoção da equidade (Pereira, 2022).

O objetivo geral deste estudo é relatar a experiência como psicóloga e pesquisadora no SER, analisando as vivências dos homens a partir de uma perspectiva intergeracional. Especificamente, objetivou-se identificar temas recorrentes nos discursos dos homens e analisar a transmissão intergeracional de padrões de violência. Assim, a abordagem metodológica adotada corresponde a um relato de experiência com análise qualitativa das vivências dos homens no serviço reflexivo. O referencial teórico-epistemológico que fundamenta o estudo inclui o construcionismo social, as práticas discursivas e as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade, que, articuladas, permitem a compreensão das vivências dos homens e a transmissão intergeracional da violência.

REFERENCIAL TEÓRICO

O construcionismo social, em uma perspectiva ontológica antirrealista, entende a realidade como resultado de uma construção social coletiva e não-arbitrária, ou seja, os aspectos sociais, culturais, biológicos e históricos demarcam o que é "colocado" na realidade, ao passo que também são definidos e demarcados a partir dessa escolha (Ibáñez, 2001).

A partir disso, entende-se que conceitos e tradições, por exemplo, não são construções fixas ou essenciais, mas algo produzido, reproduzido e passível de transformação a depender da realidade social que possui uma dimensão histórica e sociocultural. Portanto, um dos objetivos da psicologia social em uma perspectiva construcionista é desnaturalizar os fenômenos sociais através da ênfase no papel que as construções culturais, convenções linguísticas e práticas sociais desempenham na produção de "evidências" de realidade, como exposto por Spink e Frezza (1999).

As práticas discursivas, nesse sentido, referem-se ao modo como a linguagem em uso nas interações sociais cria significados, sentidos e identidades e molda percepções e as formas de ser no mundo (Spink, 2008). Pensando nos conceitos de gênero e, especificamente, masculinidades, tal perspectiva na análise das vivências de homens autores de violência no serviço reflexivo permite a introdução dos papéis de gênero e performatividade enquanto construções sociais passíveis de questionamento e resignificação.

Assim, os processos vinculados à categoria gênero afetam e moldam comportamentos, pensamentos e sentimentos, integram as interações sociais e estruturam as instituições (Crawford, 1995). Sendo uma ideologia que abarca e propicia a criação de diversas narrativas, as distinções de gênero são elaboradas e disseminadas, resultando no estabelecimento da feminilidade e masculinidade enquanto extremos opostos e na essencialização dessas posições (Nogueira, 2001).

De acordo com Connell (1995a), a masculinidade é definida como uma configuração de prática pertinente à posição dos homens dentro das relações de gênero. O uso de 'prática', por sua vez, salienta que as ações produzidas na masculinidade têm racionalidade e significados fundamentados historicamente, e dada a possibilidade de serem configurações de práticas diversas, são pensadas masculinidades em sentido plural. As masculinidades, segundo Connell (1995a), são corporificadas e sociais, haja vista que no gênero a prática social é direcionada aos corpos e se torna parte de um processo

histórico. Trata-se de uma estrutura ampla, diversa, controversa e complexa que abarca a economia, sexualidade, estado e família, para além das demais instituições. Nesse sentido, entende-se que masculinidades distintas podem ser resultantes de um mesmo contexto, ao passo que incluem relações entre homens e mulheres, homens e homens, relações de marginalização, dominação e cumplicidade, acarretando na produção de uma masculinidade hegemônica e de masculinidades agrupadas a esta.

Acerca da construção e reconstrução das masculinidades, Connell (1995a) aponta que existe uma narrativa convencional que declara que toda cultura dispõe de condutas e sentimentos adequados para os homens, de modo que os homens permaneçam distantes de aspectos correspondentes à feminilidade. Objetivando assegurar que a masculinidade performada esteja em consonância com a norma social, ainda que através do fomento de práticas de violência, as instituições educacionais, familiares, religiosas, de trabalho e mídia operam como ferramentas de vigilância e controle. No entanto, Connell (1995a) ratifica que tal narrativa desconsidera as potencialidades individuais das pessoas, que podem produzir formas alternativas de masculinidades, questionar as produções e os moldes institucionais e que as masculinidades são projetos coletivos tanto quanto individuais. Assim, se as masculinidades são construídas, afirma-se a possibilidade de construções e reproduções distintas.

A masculinidade hegemônica, distinguindo-se das demais masculinidades, constitui-se enquanto normativa, ainda que a adoção e acessibilidade a esta prática sejam restritas a uma minoria (Connell e Messerschmidt, 2013). É estabelecida como um modelo a ser seguido ou ao menos, almejado e é sustentada em decorrência de uma hierarquia de masculinidades, na qual masculinidades que escapam do ideal - homem branco, heterossexual, europeu, cisgênero, classe média alta - são tidas como subordinadas ou marginalizadas.

A violência, nessa dinâmica, representa um componente significativo para a manutenção da hegemonia de determinados grupos de homens, utilizada como ferramenta de validação da masculinidade e é tida como parte do sistema, ao passo que também indica falhas no processo de repressão, tendo em vista que o aumento da violência aponta para uma crise na ordem de gênero socialmente estabelecida. Para explicitar o funcionamento da violência enquanto medida do sistema de gênero, Connell (1995b) retoma as situações de conflito emergentes durante o sufrágio feminista, no qual grupos de homens evocaram uma "verdadeira masculinidade", caracterizada pela violência, a fim de suprimir os movimentos sócio-políticos que reivindicavam equidade entre homens

e mulheres. Além disso, Connell (1995b) apresenta como após o *Women's Liberation*, movimento que pleiteava o direito de reprodução, igualdade e divisão no trabalho e combate à violência de gênero, houve um aumento na produção de materiais audiovisuais que apelavam para uma masculinidade violenta e viril e expansão da cultura armamentista, produtos da criação de 'cultos' de masculinidade que emergiram conforme a ocupação das mulheres em outros âmbitos além do doméstico.

Entende-se, portanto, que tendências de crise sempre irão implicar masculinidades, ainda que não necessariamente representem perturbação para a ordem destas. Podem surgir, por exemplo, na tentativa de restaurar uma masculinidade dominante, frente ao sentimento de ameaça ou questionamento das posições de gênero (Connell, 1995b). A violência, deste modo, é uma representação de controle acionada em contextos públicos e privados, a fim de que o papel de autoridade seja reafirmado.

Tais dinâmicas relacionais, como apontado anteriormente, são estruturadas e perpetuadas através de diversas instituições, das quais a familiar é destacada no presente relato. Conforme apontado por Cardoso e Baptista (2020), a instituição familiar é a primeira na qual as pessoas estabelecem relações, de modo que se torna responsável pela educação dos membros que a constituem. É atribuída à família uma memória e histórico singulares que tendem a atuar sobre as formas de agir e pensar de seus integrantes, modelando normas e atitudes. Ao longo das gerações, a influência é mantida, tornando-se norteadora em noções atreladas à moralidade e afetividade (Amadini, 2015). Relativo à funcionalidade da família, consiste no ensino de valores éticos, culturais e crenças que são transmitidos em uma linha intergeracional. No entanto, considerando o processo de modelação e reforço, comportamentos de violência podem ser transmitidos e naturalizados, de modo que crianças que presenciam situações de conflito e agressividade têm maior probabilidade de reproduzir tais cenários posteriormente. Pertinente à violência de gênero, Cardoso e Baptista (2020) apresentam estudos que estabelecem o testemunho de situações constantes de violência como um fator de risco para uma futura relação conjugal permeada por agressividade e conflitos. Em complemento acerca da violência doméstica, Andersen (2018) afirma que crianças que conviveram com tais situações podem desenvolver valores que admitam a violência como norma.

Assim sendo, compreende-se que experiências familiares e os modelos parentais podem influenciar a construção de masculinidades referenciadas pela agressividade e relações atravessadas pela violência, dominação e subalternização do outro com base no gênero, bem como propiciar a reprodução de padrões de violência e abuso com seus pares.

METODOLOGIA

A escolha pelo relato enquanto ferramenta de pesquisa encontra justificativa na reflexão originada na prática, essencial para o desenvolvimento profissional e da pesquisa ao passo que permite aprender a partir das experiências, definindo as abordagens a partir das demandas apresentadas. Segundo Haraway (1991), os conhecimentos situados desafiam a ideia de uma ciência universal e objetiva, destacando a importância de considerar as perspectivas e experiências de indivíduos em contextos específicos, isso significa reconhecer que as soluções e práticas eficazes são frequentemente moldadas por fatores locais e que a prática profissional não pode ser separada de seu contexto.

O relato se deu a partir da experiência enquanto pesquisadora-participante no Serviço de Educação e Reflexão para Autores de Agressão no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, que é uma ferramenta que propicia espaço de conscientização e reflexão aos homens que cometeram crimes tipificados na Lei no 11.340/06 que procuram apoio de forma espontânea ou através de encaminhamento via Poder Judiciário. O serviço está vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), responsável pelo seu funcionamento e manutenção. Ademais, o objetivo do espaço é promover reflexões sobre diversas questões, como paternidade, saúde, trabalho, sexualidade, relacionamentos e a própria Lei Maria da Penha.

Como supracitado, os participantes do Serviço Reflexivo são homens encaminhados via medida judicial e compõem um grupo relativamente heterogêneo, de modo que possuem idades, profissões, estilos de vida, níveis de escolaridade e classes sociais distintos. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a observação participante alicerçada em uma postura crítico-reflexiva tendo em vista a relação com o objeto de estudo e possibilidade de captar múltiplas situações e fenômenos, propiciando estabelecimento de vínculo através de uma relação face-a-face com os participantes (Neto, 2002). Por fim, a análise de dados se deu a partir do rastreio e identificação de temáticas recorrentes, que permitem a aproximação, organização dos discursos e direcionamento das discussões.

Tratando-se de um relato de experiência profissional, o estudo não foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não se configura como uma pesquisa nos moldes tradicionais. No entanto, foram adotados cuidados éticos ao longo de todo o processo, em consonância com os princípios e diretrizes que regem a prática profissional

da psicologia. Enfatiza-se o compromisso com o sigilo e a confidencialidade das informações relativas ao serviço reflexivo, garantindo a não identificação dos homens.

Dadas as implicações éticas de relatar experiências profissionais, questões como a preservação da privacidade dos envolvidos, a não exposição de dados sensíveis e a reflexão crítica sobre a própria prática foram consideradas, bem como a responsabilidade ética em compartilhar conhecimentos e experiências que possam contribuir para o aprimoramento das intervenções com homens autores de violência, sem, contudo, comprometer a integridade do serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas apresentadas pelos participantes no decorrer dos grupos revelam, comumente, padrões de comportamentos de violência enraizados em suas experiências pessoais e transmissão de valores socioculturais e familiares atravessados por noções de desigualdade de gênero e de masculinidade hegemônica. Assim, são expressas referências de masculinidades pautadas na força, virilidade, insensibilidade, dominância e necessidade de prover, especificamente, em aspecto financeiro.

O momento inicial da participação dos homens é marcado, frequentemente, por sentimentos de insegurança, medo, raiva e injustiça, como observado em experiências descritas em pesquisas semelhantes (Scott, 2018; Menezes, 2023; Albuquerque, 2022). No entanto, ainda que presente uma resistência significativa, os homens encaram a participação nos grupos como uma possibilidade de compartilhar suas vivências e encontrar pessoas que estejam experienciando circunstâncias similares. As expectativas iniciais descritas pelos homens indicam que o esperado é um ambiente de punição e julgamento, no qual seus relatos poderão ser utilizados de modo a prejudicá-los perante a justiça. Todavia, durante o processo de acolhimento, tal perspectiva é desmistificada, havendo reforço do papel de conscientização, responsabilização e abordagem não-julgamental do serviço e equipe, bem como é enfatizada a garantia ao sigilo durante todos os encontros, individuais e coletivos. Em contrapartida, também estão presentes expectativas de aprendizagem, escuta e compreensão.

Como temas emergentes nos encontros, os participantes apresentam a) ideais de masculinidade hegemônica; b) dinâmicas familiares caracterizadas por disparidade de gênero e ausência de afetividade e normatização de agressividade; c) repetição de repertório discursivo e comportamental proveniente das vivências intrafamiliares. Nos

encontros com temática "paternidade" e "relações de gênero", especificamente, os participantes relatam processos de ensino-aprendizagem estruturados em um ideal de ser-homem, proveniente, por vezes, do próprio pai, como apresentado no estudo de Luddy e Thompson (1997), que revela que pais e filhos adotam ideologias de gênero similares. Nos modelos de relações apresentados, a negociação relacional raramente se dá pela via do afeto, de modo que demonstrações de carinho, - comportamento tido como aspecto feminino - por exemplo, são interditas. Ademais, atos como chorar, expressar verbalmente os sentimentos, discutir possíveis desconfortos ou incômodos nas relações são percebidos como inviáveis, dado o compromisso com o "papel de homem", como descrito no trabalho de Scott (2018). Além disso, comportamentos de agressividade encarados como demonstração de controle e dominância são validados e reproduzidos.

Embora as narrativas apresentadas descrevam uma adesão às práticas de masculinidade hegemônica, muitos dos participantes reconhecem comportamentos de agressividade e violência como inadequados e demonstram abertura para aprender outras formas de estabelecer relações. A violência enquanto ferramenta de subordinação e dominação é social e culturalmente aceita (Fernandes e Natividade, 2020), no entanto, a partir da denúncia, emerge a preocupação com possíveis estigmas (Scott, 2018) e os desdobramentos na vida social, pessoal e profissional, como relatado em diferentes ciclos do serviço. Ainda que, inicialmente, os interesses e angústias dos participantes sejam de caráter individualista e autocentrado, a reflexão sobre as funcionalidades e prejuízos da violência é elaborada. Nesse sentido, possibilita-se, posteriormente, a ressignificação de discursos e práticas no que concerne às relações de gênero, masculinidades e violências na medida em que tais conceitos são questionados e colocados em debate.

Entende-se que muitos dos participantes aderem a concepções tradicionais no que se refere a gênero e masculinidades, reproduzindo discursos e práticas que corroboram com o ideal aprendido em decorrência de suas experiências majoritariamente intrafamiliares. Resultante disso, comumente os homens são impedidos - direta ou indiretamente - de comunicar suas emoções, de modo que a violência é utilizada para lidar com situações de frustração e conflito. Além disso, frente à denúncia, muitos homens não assumem a responsabilidade de suas ações, terceirizando-a para a vítima ou fatores externos. Nesse sentido, as intervenções realizadas devem aderir a um aspecto político-crítico-reflexivo e devem ser sensíveis às realidades dos participantes, abarcando aspectos como raça e classe, bem como auxiliar no processo de reflexão, conscientização e responsabilização dos homens.

As vivências no serviço reflexivo apresentado neste estudo permitem elaborar sugestões e encaminhamentos em conformidade com a literatura produzida a partir de outras experiências (Scott, 2018; Menezes, 2023; De Paula et al., 2022; Albuquerque, 2022). Dentre os direcionamentos possíveis, destacam-se a concretização de currículos escolares que conscientizem e abordem as relações de gênero e masculinidades e fomentem práticas adequadas de resolução de conflitos e comunicação assertiva. Complementarmente, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas que desenvolvam redes de apoio e acompanhamento psicológico e social continuado para participantes de programas de intervenção. Em suma, deve-se desenvolver e implementar políticas que incentivem intervenções multidisciplinares, integradas e culturalmente apropriadas, articulando ações nos campos da saúde, assistência social, justiça e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências decorrentes da experiência no Serviço Reflexivo revelaram a necessidade de ressignificação de normas de gênero tradicionais e a promoção de um espaço seguro, permitindo que os homens compartilhem e reflitam sobre suas histórias de vida. Essas experiências contribuíram para a compreensão das vivências dos homens em um aspecto intergeracional, evidenciando a importância de intervenções que não apenas responsabilizem, mas também ofereçam suporte na transformação das relações interpessoais e intrafamiliares.

O relato de experiência mostrou-se uma ferramenta significativa para subsidiar reflexões teóricas e práticas, no entanto, possui limitações, como o recorte temporal e o contexto específico do serviço. A natureza qualitativa do relato de experiência também evidencia aspectos que necessitam de investigação adicional, como a diversidade de perfis dos homens atendidos e as diferenças nos contextos sociais e culturais.

Enfatiza-se a necessidade de comprometimento com a prevenção, o acolhimento e a ressignificação das vivências marcadas pela violência de gênero, salientando a importância da formação profissional contínua, da produção de conhecimento e atuação crítico-ético-política de psicólogos e educadores nesse campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. F. **Grupos reflexivos com homens autores de violências como instrumento de enfrentamento à violência de gênero**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

AMADINI, M. Transition to parenthood and intergenerational relationships: The ethical value of family memory. **Ethics and Education**, v. 10, n. 1, p. 36-48, 2015.

ANDERSEN, L. H. Assortative mating and the intergenerational transmission of parental incarceration risks. **Journal of Marriage and Family**, v. 80, n. 2, p. 463-477, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

BEIRAS, A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 29, n. 68, p. 61-75, 2020.

CARDOSO, D. T.; GUIMARÃES, A. N.; BEIRAS, A. Diálogos em movimento: Em direção à metodologia construcionista social. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 16, n. 2, 2023.

CARDOSO, H. F.; BAPTISTA, M. N. Família e intergeracionalidade. In: **Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção**. São Paulo: Vetor, 2020. p. 4-14.

CHAPUIS-CAILLAT, M. **Características do indivíduo na relação entre os maus-tratos na infância e a violência conjugal na idade adulta**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995a.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995b.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. W. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CRAWFORD, M. **Talking difference: On gender and language**. Londres: Sage, 1995.

DE PAULA, A. V. et al. Grupos reflexivos com homens autores de violência de gênero contra as mulheres: a experiência do Programa APOIO da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT). In: **Violência e gênero: análises, perspectivas e desafios**. Editora Científica Digital, 2022. p. 93-110.

FERNANDES, N. C.; NATIVIDADE, C. S. J. A naturalização da violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, 2020.

HARAWAY, D. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.

IBÁÑEZ, T. **Municiones para disidentes: Realidad-verdad-política**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

LUDDY, J. G.; THOMPSON, E. H. Masculinities and violence: A father–son comparison of gender traditionality and perceptions of heterosexual rape. **Journal of Family Psychology**, v. 11, n. 4, p. 462–477, 1997.

MENEZES, M. L. M. **Assinar um BO pra aprender a ser homem: as contribuições de um programa com grupos reflexivos para homens autores de violências para as ressignificações das masculinidades**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, C. Construcionismo social, discurso e gênero. **Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 43-65, 2001.

PEREIRA, I. F. C. C. **Estereótipos de gênero na educação pré-escolar**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

SCOTT, J. B. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SPINK, M. J. Práticas discursivas e construção da subjetividade. In: **Construção social da realidade: uma introdução ao construcionismo social**. São Paulo: Vozes, 2008.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 17-41.

WIDOM, C. S.; WILSON, H. W. Intergenerational Transmission of Violence. In: **Violence and Mental Health**. Dordrecht: Springer, 2014.